



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA COMUNIDADE DO CELESTE: CABE IMPLEMENTAÇÃO?

Letícia Bandeira Rocha¹; Marília Aparecida Martins²; Renata Bernardes Faria Campos³

¹ Universidade do Vale do Rio Doce - UNIVALE, leticia.bandeira@univale.br

² Universidade do Vale do Rio Doce - UNIVALE, marilia.martins@univale.br

³ Universidade do Vale do Rio Doce – UNIVALE, renata.campos@univale.br

GT 13: O turismo como vetor de conflitos socioambientais, de resistências e de alternativas de/ao desenvolvimento

RESUMO

O turismo de base comunitária (TBC) é alternativa para promover desenvolvimento sustentável em territórios rurais. Neste estudo analisaremos a viabilidade do TBC na Comunidade do Celeste, no entorno do Parque Estadual do Rio Doce. A fim de identificar os desafios e oportunidades para aplicação do TBC realizou-se entrevistas semiestruturadas com agricultoras familiares para a construção de uma análise SWOT. Dentre os resultados destacam-se forças como o vínculo com o território e práticas agrícolas sustentáveis; oportunidades incluem políticas públicas e valorização da agricultura familiar; as fraquezas são a falta de acesso à terra e sobrecarga feminina, ameaças como isolamento geográfico e infraestrutura precária. Conclui-se que para viabilizar o TBC é necessário o fortalecimento do associativismo, melhoria de infraestrutura, acesso a políticas públicas e estratégias participativas que assegurem sustentabilidade social, econômica e ambiental.

Palavras-chave: Turismo de Base Comunitária; mulheres agricultoras; gênero; análise SWOT.

Destaques (highlights)

1. O fortalecimento do associativismo é uma condição importante para a otimização dos benefícios da agricultura familiar e essencial para a implementação do TBC na comunidade do Celeste.
2. Apesar dos desafios, a Comunidade do Celeste possui características fortes e potenciais para implementação do turismo de base comunitária.

Apoio:



Realização:



anppas
Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

3. De acordo com as agricultoras familiares da Comunidade do Celeste, o Parque Estadual do Rio Doce ao mesmo tempo que é visto como um provedor de ar puro e tranquilidade, poderia apoiar-las e incentivar-las nas práticas turísticas.

4. O turismo de base comunitária oferecerá à Comunidade do Celeste o fortalecimento dos laços sociais, economia sustentável e conservação ambiental.

INTRODUÇÃO

É fundamental compreender os lucros advindos do turismo em áreas protegidas normalmente são destinados a empresas do setor terciário da economia (Meliani, 2021) ou para a própria unidade de conservação que cobra um valor de uso do espaço natural. As populações locais que residem nestes territórios tem sido frequentemente vítimas de exclusão social (Irving, 2009), e por isso, o turismo de base comunitária (TBC) se apresenta como uma alternativa ao desenvolvimento, pois promove o fortalecimento dos laços sociais, contribuir e estimula o sentimento coletivo nas regiões turísticas receptoras (Irving, 2009).

Para Araújo (2015) os principais objetivos do TBC envolvem proporcionar às comunidades locais o controle efetivo sobre seu desenvolvimento e gestão, bem como garantir que a maior parte dos benefícios gerados pelos projetos de turismo seja revertida para as comunidades receptoras. Neto e Nascimento (2024, p. 114) complementam que “aliado à efetividade do fazer turístico, busca-se também o estímulo à conservação ambiental e cultural dos lugares visitados, bem como oferecer uma alternativa econômica sustentável para as populações ali residentes”.

A Comunidade do Celeste, localizada no entorno do Parque Estadual do Rio Doce (PERD), representa um território socialmente construído, permeado por relações familiares, práticas agrícolas tradicionais e desafios estruturais, e recentemente foi excluída da zona de amortecimento (ZA) do PERD. Isso expôs a comunidade em novos riscos ambientais e sociais.

Nesse contexto, o objetivo central será identificar e avaliar os desafios e oportunidades para uma possível implementação do TBC na Comunidade do Celeste. A pesquisa contou com a realização de entrevistas semiestruturadas realizadas com mulheres agricultoras e foi utilizado o método de análise SWOT para identificar as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças inseridas na localidade rural.

METODOLOGIA

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE

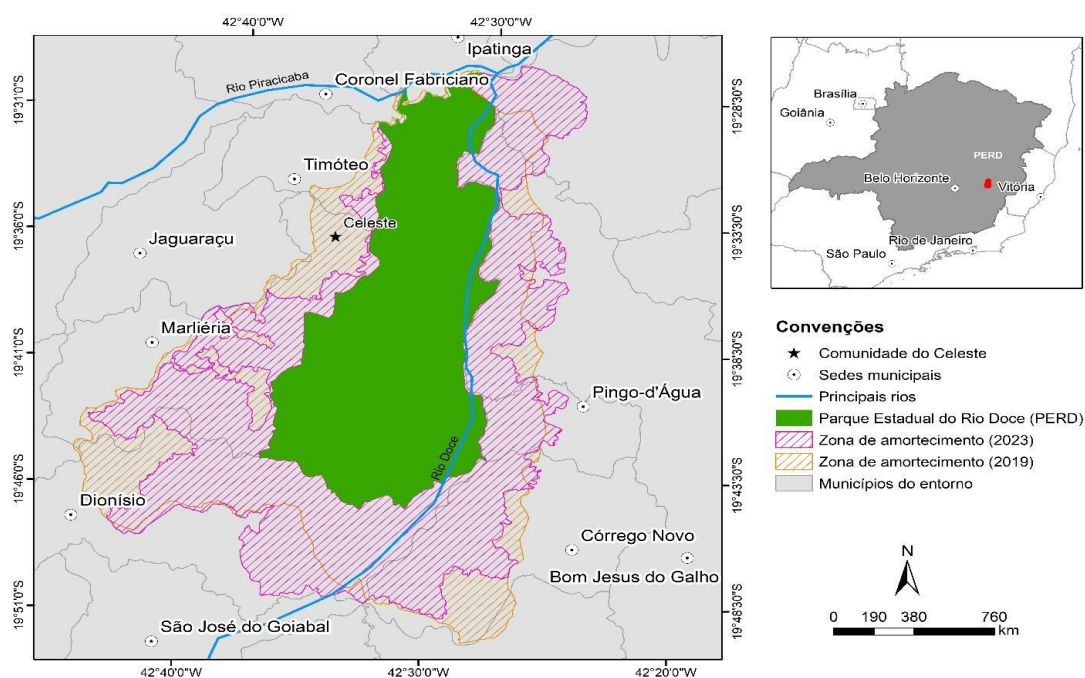


Financiamento:



No presente trabalho delimitamos como recorte espacial a Comunidade do Celeste, um agrupamento populacional que se localiza nos Municípios de Marliéria e Timóteo, próximo ao Parque Estadual do Rio Doce (PERD). Ressalta-se que no ano de 2023 com a atualização do Plano de Manejo do PERD a Comunidade foi retirada da ZA do Parque (Figura I).

Figura I - Localização da Comunidade do Celeste em relação ao PERD e sua Zona de Amortecimento



Fonte: Elaborado por Laura Bachi

Essa reconfiguração territorial desencadeia uma intrincada teia de potenciais impactos que, por um lado pode impulsionar uma maior autonomia territorial, mas por outro pode suscitar preocupações socioambientais substanciais expondo a Comunidade ao aumento do desmatamento, contaminação de recursos naturais e erosão. Estas regiões onde o Estado se faz pouco presente são indiretamente excluídas do sistema econômico, por isso uma das poucas possibilidades de incremento de renda e geração de emprego se dá do turismo (Mielke e Pegas, 2013).

Nesse sentido, trabalharemos com a hipótese de que o TBC pode ser uma alternativa para o reestabelecimento econômico social da Comunidade do Celeste. Compreenderemos a dinâmica territorial da Comunidade a partir da perspectiva das agricultoras rurais;



identificaremos os atrativos turísticos existentes ou potencialmente existentes na Comunidade; e pontuaremos as dificuldades internas e ameaças para a implementação e consolidação do turismo de base comunitária.

Para tanto, realizou-se entrevistas semiestruturadas com sete agricultoras da Comunidade do Celeste (Quadro I) e após aplicamos a metodologia SWOT (*Strengths, weaknesses, opportunities e threats*), conhecida na língua portuguesa como FOFA (forças, oportunidades, fraquezas e ameaças).

Quadro I - Perfil das agricultoras familiares entrevistadas

Nome fictício	Tempo de vida na comunidade	Idade	Grau de Instrução	Tipo de ocupação	Área explorada
Malu	35 anos	64	E. Fundamental	Parceira	0-2ha
Ana	22 anos	41	E. Médio	Proprietária	0-2ha
Dandara	24 anos	46	E. Fundamental	Parceira	0-2ha
Margot	66 anos	66	E. Fundamental	Proprietária	0-2ha
Juliete	62 anos	62	E. Fundamental	Proprietária	0-2ha
Juliana	20 anos	51	Alfabetizada	Proprietária	0-2ha
Cristal	15 anos	35	E. Médio	Parceira	2-4,84ha

Fonte: Elaborado pela autora Marília.

Consideramos como agricultoras familiares aquelas que mantém atividades na área rural e que, simultaneamente, atendem aos seguintes critérios: (i) não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; (ii) utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; (iii) tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; (iv) tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; e (v) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

RESULTADO E DISCUSSÃO

Entrevistas realizadas na Comunidade do Celeste

Na Comunidade do Celeste há dois grupos distintos de mulheres, as proprietárias e não proprietárias. Dandara – que reside na comunidade há 24 anos – e vive junto com a família na propriedade da família do marido, demonstra a vulnerabilidade de não possuir propriedade “*a gente trabalha muito na terra dos outros, mas a gente não tem direito a nada. Se o dono da terra quiser, ele pode manter a gente embora a qualquer momento*”. Esse dado evidencia a necessidade de políticas públicas que promovam o acesso das mulheres à terra e fortaleçam as organizações coletivas, como forma de superar a invisibilidade e promover a igualdade de gênero no campo.

Verificamos também que há um forte vínculo com o território e a tradição familiar na agricultura, e isso representa um importante capital social e cultural para as mulheres. O conhecimento transmitido entre gerações e o sentimento de pertencimento à comunidade fortalecem sua identidade e seu compromisso com a atividade agrícola.

“Tem meu pai, tem minhas irmãs, tem muita família. Família do meu esposo, que eu amo todos, né! E minha família, principalmente, né? Então, eu não... Então, isso aqui me faz bem é o lado forte primeiramente Deus, depois o lado forte da comunidade que é a família” (Juliete, 62, 2024).

As agricultoras tentam equilibrar as demandas do trabalho agrícola com as responsabilidades domésticas e o cuidado dos filhos, isso resulta sobrecarga de trabalho. Todavia, a crescente valorização da agricultura familiar e da agroecologia pela sociedade oferece novas oportunidades para as agricultoras que adotam práticas sustentáveis e produzem alimentos saudáveis.

“Produzimos húmus aqui na propriedade, assim diminui o custo da produção” (Malu, 35, 2024).

“Procuro sempre utilizar os restos de alimentos para produzir matéria orgânica e associar ao esterco das aves (galinha)” (Margot, 66, 2024).

A articulação das interações profissionais das agricultoras se dá por associativismo, como meio de aprimorar seu bem-estar econômico, social e ambiental. A organização em associações,

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

fortalece a capacidade das mulheres de acessar recursos, compartilhar conhecimentos, negociar com o poder público e superar desafios.

“A associação mudou nossas vidas. Antes a gente perdia muita coisa, não tinha para quem vender. Agora a gente tem mercado garantido e consegue uma renda melhor” (Cristal, 15, 2024).

A Associação dos Agricultores Familiares de Timóteo (AGRIFAT) é reconhecida por promover a troca de conhecimentos e saberes tradicionais, fortalecer a identidade das agricultoras e contribuir para valorização dos seus trabalhos. Malu ressalta que *“a associação de agricultores é muito importante para nós. É lá que discutimos os problemas da comunidade e buscamos soluções juntas”*. A fala de Malu evidencia este espaço de pertencimento e empoderamento.

A outra associação é a Associação de Agricultores Familiares do Córrego do Celeste e região do Vale do Aço, todavia está desativada, motivo pelo qual as agricultoras Ana, Juliana e Dandara encontram-se trabalhando individualmente e excluídas do mercado formal.

“Eu pertencço à Comunidade do lado Marliéria e não consigo fazer parte da AGRIFAT que é a associação de Timóteo que está aqui do outro lado do Córrego. Ai vem pessoas de fora e entra” (Ana, 22, 2024).

“É uma desvantagem que a gente planta e não tem um jeito de vender. Eu planto o que eu conseguir comer. Não tem comprador. A única desvantagem é essa, a nossa associação, ela não tem um funcionamento regular, agora mesmo está parada e a associação de Timóteo não compra os nossos produtos de Marliéria” (Dandara, 24, 2024)

As agricultoras reclamam sobre acesso a recursos e infraestrutura que deveriam ser disponibilizados pelas municipalidades em que a Comunidade se encontra. A existência de políticas públicas de apoio à agricultura familiar, como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar, Assistência técnica efetiva e Elaboração de projetos via poder público e emenda parlamentar), podem representar importantes fontes de recursos e oportunidades para as agricultoras em prol do desenvolvimento rural.

O acesso a estradas, transporte, energia elétrica, saneamento básico é limitado e pode dificultar o desenvolvimento das atividades agrícolas e a melhoria da qualidade de vida das

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

famílias. O isolamento geográfico se encaixa nesta categoria. Este afastamento social dificulta o acesso a mercados e a canais de comercialização e é um desafio para as agricultoras.

“Reclamo, sim, da estrada. Só a estrada que é muito ruim, os carros da gente quebra tudo (...) não tem carro que resiste aos buracos e valas dessa estrada. Eu diria que a companhia de ônibus poderia nos atender melhor em relação aos horários” (Juliana, 20, 2024).

Quanto ao PERD, é visto como um lugar especial que oferece ar puro, tranquilidade e contato com a natureza. As agricultoras acreditam que pode gerar oportunidades para o desenvolvimento de atividades como o turismo, com foco na produção de produtos orgânicos e a valorização dos recursos naturais locais, é uma possibilidade de oferecer experiências autênticas e gerar renda adicional para as famílias.

“Já pensou uns quiosques aqui na comunidade, ia melhorar muito a nossa renda” (Ana, 22, 2024).

“A gente vive aqui com mais sossego, o ar é bom, a natureza é linda. A gente se sente mais segura também” (Malu, 35, 2024).

No entanto, as agricultoras têm o desejo de participarem mais ativamente das decisões sobre a gestão do parque e de serem ouvidas em relação às suas necessidades e demandas. A proximidade e o apoio do PERD, de certo modo, auxiliariam e influenciaria no turismo rural.

“Nossas atividades não são beneficiadas pelo parque, eu não considero. Eu penso que uma boa conversa é o caminho para aproximar a comunidade e o parque. Seria bom que representante do parque aparecesse aqui” (Cristal, 15, 2024).

Especificamente quanto às questões ambientais, as agricultoras retratam que enfrentam dificuldades para acessar água em quantidade e qualidade, e estão à mercê de riscos ambientais, como inundações, secas e queimadas, fatores que representam ameaças constantes para a produção agrícola e para a segurança das famílias. A ausência de um representante eleito da comunidade em ambos os municípios dificulta a participação comunitária nas decisões políticas e a implementação de políticas públicas que atendam às necessidades das agricultoras familiares.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

“A qualidade da água é um problema para nós, o córrego do Celeste está poluído. Esse córrego que passa no fundo da minha, desagua no Ribeirão Belém. O ribeirão Belém desagua no Rio Doce. Assim, não é o caso, não vou falar que a gente foi atingindo diretamente, mas indiretamente, antes dessa lama da Samarco, nós tínhamos águas excelentes. Hoje, usamos água de poço, e ela dá ferrugem. E como se jogasse água suja nas plantas, ela fica com as folhas todas manchadas de amarelo, a alface, fica com pintas de ferrugem nas folhas. Depois do desastre de Mariana, as águas do Ribeirão Belém ficaram contaminadas, antes, o vovô podia contar na Semana Santa, é tradição, ele ia lá buscar e aqui a pouco, chegava com cada piau desse tamanho para o almoço. Hoje, nenhum mais. A falta do esgoto tratado aqui é um problema pra nós” (Cristal, 15, 2024).

A poluição dos cursos d'água, sobretudo por efluentes domésticos e agrícolas, é uma preocupação crescente. A melhoria da qualidade dos recursos hídricos é um compromisso que a gestão municipal deve priorizar, especialmente nos municípios que recebem recursos financeiros oriundos do ICMS Ecológico. No mais, a falta de oportunidades e os desafios enfrentados na agricultura podem levar ao êxodo rural dos jovens, dificultando a sucessão familiar e a continuidade da atividade agrícola na comunidade.

Análise SWOT – Identificação dos Desafios e Oportunidades

São fatores internos positivos que representam força para a Comunidade do Celeste o forte vínculo com o território, tradição familiar e sentimento de pertencimento. A agricultura familiar fortalece laços comunitários, promove a transmissão intergeracional de conhecimentos, práticas agrícolas e mantém tradições culturais que contribuem para a construção da identidade territorial. As redes de apoio comunitário desempenham um papel crucial na articulação das necessidades locais e na busca por soluções junto às autoridades.

Também consideramos como força as práticas sustentáveis aplicadas na agricultura familiar desempenhada pelas mulheres, que desempenham um papel crucial e multifacetado, abarcando a gestão das propriedades rurais, a preservação de sementes crioulas, a transmissão de conhecimentos ancestrais e a manutenção da coesão social nas comunidades. Sua contribuição, muitas vezes invisibilizada pelas estatísticas tradicionais, revela-se essencial para a manutenção da agrobiodiversidade e para a promoção de práticas agrícolas sustentáveis.

Externamente, são oportunidades, a valorização da agricultura familiar e agroecológica pela sociedade, o associativismo, a possibilidade de inserção das mulheres agricultoras em políticas públicas e o propenso apoio do Parque Estadual do Rio Doce (PERD) ao trabalho das

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

agricultoras. Lado outro, quanto ao PERD, entendemos que a falta de participação dessas mulheres na gestão do parque e as limitações impostas pela unidade de conservação podem ser vista como ameaças, por se enquadrarem como fatores externos negativo à Comunidade, em vista às restrições à coleta de recursos e conflitos com a fauna.

A implementação de políticas públicas que contemplem a perspectiva de gênero e a agricultura familiar é essencial para garantir a equidade de oportunidades. No foco turístico, há no Brasil a Política Nacional de Turismo de Base Comunitária, que oferece subsídios e orientações técnicas, já no Estado de Minas Gerais existe a Lei n. 23.763/2021 que institui a Política Estadual de e delimita os planos e programas de desenvolvimento de turismo para o Estado, que podem ser aplicados na Comunidade do Celeste.

Ademais, consideramos como uma ameaça a existência de duas associações independentes, e considerando que uma - Associação de Agricultores Familiares do Córrego do Celeste e região do Vale do Aço - encontra-se fechada e a outra - AGRIFAT – não acolhe as mulheres agricultoras, devido à falta de regularização, pois o problema reside no fato de que a Comunidade do Celeste fica na divisa de dois municípios, fator que dificulta o amparo social e pode ser visto como um fator negativo de ameaça.

Noutro ponto, entendemos ser ameaça o isolamento geográfico ao qual se insere a Comunidade do Celeste. Trata-se de um fator externo, pois não depende somente de a Comunidade sair da situação de vulnerabilidade. A situação da comunidade depende da ação dos gestores de Timóteo e Marliéria para escoar seus produtos e para a compra de insumos.

Ainda, depende da COPASA – Companhia de Saneamento de Minas Gerais para que preste um serviço de qualidade sobre distribuição de água e esgotamento sanitário na localidade rural. Destacamos, também, a importância da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER que, juntamente com a gestão dos municípios, pode contribuir para viabilizar a implementação de fossas sépticas, bem como tecnologias de coleta e reaproveitamento da água e resíduos sólidos das propriedades rurais.

Sobre as fraquezas identificadas, algumas mulheres não são proprietárias dos imóveis em que residem e praticam agricultura familiar. Esta é uma questão interna negativa que pode gerar prejuízo caso o proprietário do imóvel o solicitar, devendo ser entregue, mesmo tendo sido implementadas benfeitorias.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





Outrossim, o TBC determina que a comunidade exponha ao turista a comercialização de produtos locais, fornecimento de insumos e a apresentação do local como um espaço cultural de convívio. Ao percebermos, na fala das agricultoras, que existem duas associações, além de uma sobrecarga laboral, verificamos a ausência de articulação, e isso influencia fraquezas internas.

O sistema SWOT entende a fraqueza como algo que geralmente se tem controle, mas que pode melhorar. No caso supramencionado, a excessiva sobrecarga pode gerar ausência de tempo para gerenciar hospitalidade aos turistas, mas isso pode ser aperfeiçoado, por exemplo, com divisão de tarefas internas, contratação de pessoas e fortalecimento da articulação interna.

Diante de todo o exposto, classificou-se os elementos SWOT da seguinte forma:

Quadro II –Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças identificadas na Comunidade do Celeste.

	FATORES POSITIVOS	FATORES NEGATIVOS
FATORES INTERNOS	Forte vínculo com o território; tradição familiar; sentimento de pertencimento; práticas sustentáveis do uso do solo.	Algumas mulheres não serem proprietárias dos imóveis rurais; Excesso de corresponsabilização a cargo das mulheres agricultoras.
FATORES EXTERNOS	Valorização da agricultura familiar e agroecológica; associativismo; Políticas Públicas de incentivo ao turismo; apoio do PERD.	Existência concomitante de duas associações; isolamento geográfico; ausência de infraestrutura; ausência de apoio do PERD.

Legenda: Verde: forças; Azul: fraquezas; Amarelo: Oportunidades; Vermelho: ameaças

Fonte: elaborado pelas autoras

Conclui-se que existe potencial para o TBC, a beleza da paisagem, a riqueza da biodiversidade e a cultura local podem atrair visitantes interessados em experiências autênticas e em contato com a natureza. A criação de roteiros turísticos, a oferta de atividades como trilhas e passeios de bicicleta, e a valorização da gastronomia local podem gerar novas oportunidades econômicas e fortalecer a identidade da comunidade.

A aplicação do TBC na Comunidade do Celeste é, portanto, viável, mas para ser aplicado de forma eficaz, a comunidade precisa se organizar internamente. A integração social no interior da comunidade pode ser uma chave para mitigar os fatores negativos e consequentemente elevar a força da organização frente aos fatores negativos externos.



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

CONSIDERAÇÕES FINAIS OU CONCLUSÃO

Constatamos que a dinâmica territorial da Comunidade do Celeste é baseada em fortes laços familiares, tradição agrícola e profundo sentimento de pertencimento ao território. São atrativos turísticos da localidade a paisagem natural bem preservada, a proximidade com o PERD, a riqueza cultural, gastronômica local, as práticas agroecológicas e o modo de vida rural autêntico.

No entanto, existem desafios como o isolamento geográfico, a precariedade das estradas e do transporte público, o acesso insuficiente a água potável e saneamento básico, a fragilidade das associações locais, a desigualdade no acesso à terra, a sobrecarga de trabalho das mulheres, a carência de políticas públicas efetivas, o baixo nível de articulação institucional com o PERD e a necessidade de maior apoio técnico e financeiro para estruturação de atividades turísticas.

Conclui-se que é possível a aplicação do TBC na localidade, mas primeiramente é necessário o fortalecimento integrado das agricultoras para reduzir as fraquezas, representar junto ao Poder Público soluções sobre ameaças, intensificar as forças e consolidar estratégias efetivas para as oportunidades.

REFERÊNCIAS

BARTHOLO, Roberto. SANSOLO, Gruber Davis. BURSZTYN, Ivan. *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

FABRINO, N. H.; NASCIMENTO, E. P. do. COSTA, H. A. Turismo de Base comunitária: uma reflexão sobre seus conceitos e práticas. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 172-190, dez. 2016. Disponível em: <https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/1178/506> . Acesso em: 02/07/2025

MELIANI, Paulo Fernando. Um olhar geográfico sobre os desafios e as possibilidades do turismo em áreas protegidas. *In*: SUTIL Et. Al. **Turismo em áreas protegidas**. Editora UNESC, 2021. p. 77-102. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/9045/1/Um%20olhar%20geogr%C3%A1fico%20sobre%20os%20desafios%20e%20as%20possibilidades%20do%20turismo%20em%20%C3%A1reas%20protegidas.pdf> . Acesso em: 02/07/2025

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

MIELKE, Eduardo Jorge Costa. PEGAS, Fernanda Vasconcelos. Turismo de base comunitária no Brasil - insustentabilidade é uma questão de gestão. **Revista Turismo em Análise**, v. 24, n. 1, p. 170-189, abril, 2013.

MOREIRA, Alan Farias. **Ferramenta SWOT – Estudo de caso em uma organização de jornal impresso**. Orientador: Gilberto Guedes. 2013. 29 p. Trabalho de Conclusão de Curso - Faculdade de Tecnologia e Ciências sociais aplicadas (FATECS). Brasília, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/3955/1/20946020.pdf>>. Acesso em: 02/07/2025

NETO, Mário Teixeira de Mendonça. NASCIMENTO, Marcos Antônio Leite do. Turismo de base comunitária e gestão participativa em áreas protegidas. **Ateliê do Turismo**, Campo Grande – MS, v. 8, n. 1, p. 109-133, jan-dez, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/adturismo/article/view/19539/13690> . Acesso em: 02/07/2025

SOUZA, Adicleia Nascimento. Os territórios simbólicos no processo de territorialização e desterritorialização cultural, na perspectiva de Rogério Haesbaert. **Jamaxi - Revista de História**. V. 3, n. 2, 2019. p. 1-8. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/jamaxi/article/view/3313>. Acesso em: 25/06/2025

Apoio:



Realização:



anppas



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:

